



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: geral@ans.pt

COMUNICADO

Nº: 06/2003
Data: 03 SET 03

De Regresso!

Passada a época estival estamos de regresso para uma realidade que afinal, e nas questões mais essenciais, continua tristemente igual, apesar das expectativas criadas pela tutela - fez exactamente um ano no dia 25 de Agosto que nos foi afirmado pelo Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional que o ano de 2003 seria, também para ele, um ano dedicado a resolver as questões das carreiras dos militares. Estamos no último trimestre do ano e, de concreto quanto às carreiras...nada!

Em meados de Agosto, nas comemorações do dia da Infantaria e da Escola Prática de Infantaria, em Mafra, ouvimos o Sr. Primeiro Ministro afirmar que o investimento nas Forças Armadas tem carácter prioritário. *"...A modernização do País não se faz sem a modernização das Forças Armadas..."*, *"...o rigor e a contenção orçamental não pode fazer-nos esquecer esse objectivo..."*, *"...o governo está disposto a um esforço adicional para que as Forças Armadas possam cumprir as suas missões com eficácia e contribuir activamente para projectar Portugal no século XXI."*

Entretanto, e na sequência da assinatura tantas vezes publicitada para a construção de patrulhões, do interminável dossier dos submarinos, do infundável tema dos helicópteros ligeiros para o Exército, da possível substituição da espingarda G-3, da anunciada remodelação de aeronaves em fim de tempo de vida útil, da aquisição de helicópteros pesados para a Força Aérea, da eventual aquisição de fragatas usadas, é também anunciada, por duas vezes, a abertura de concurso para aquisição de mais de três centenas de viaturas blindadas. Finalmente, e mais recentemente, é título de primeira página em quase toda a imprensa nacional a disponibilização de 13 milhões de euros para obras em algumas instalações do Exército, *"com vista a criar melhores condições de conforto para o alojamento dos militares voluntários e contratados que será necessário atrair para as fileiras após o final do serviço militar obrigatório em 2004"*, sendo a Academia Militar um dos principais beneficiados deste investimento, deixando-se inexplicavelmente de fora a Escola de Sargentos do Exército, para já não falar na situação da formação de Sargentos nos outros ramos, que curiosamente continua a ser o parente pobre de toda esta operação mediática que dá a ideia que apenas os contratados e os militares oriundos das academias são merecedores de todos estes cuidados e desvelos.

Inevitavelmente teremos de questionar:

- A modernização das Forças Armadas faz-se sem o que de mais importante existe em qualquer organização, que é a sua massa humana?

- O cumprimento das missões com eficácia e o contributo para projectar Portugal no Século XXI faz-se sem os homens e mulheres que com denodo têm servido nas Forças Armadas?

- A modernização, reestruturação e reequipamento das Forças Armadas diz apenas respeito aos meios técnicos e materiais?

- A criação de melhores condições de trabalho e habitabilidade não é um requisito essencial para todos os militares, sejam eles do Quadro Permanente ou do Regime de Contrato e Voluntariado, que eficaz e orgulhosamente vêm assegurando o cumprimento da missão? Então porquê esta continuada e demagógica ideia que se quer fazer passar de que tudo acontece em função da profissionalização, como se os que sempre cá estiveram não fossem já profissionais?

- De que nos vale ter os mais sofisticados meios e equipamentos se não tivermos a massa humana que os deve operar devidamente motivada?

Infelizmente esta é a dura realidade! No meio de tantos projectos e promessas de aquisição e modernização de equipamentos e infra-estruturas, nem uma palavra coube para aquela que é a essência de qualquer organização que se preze: a componente humana!

Entretanto, e por que a justiça manda que se fale verdade, foi recentemente publicado o Decreto-lei n.º197-A/2003, de 30 de Agosto que altera o DL 236/99, de 25 de Junho (EMFAR), ao fim de quase três anos de insistente reivindicação junto da tutela, e que culminou com uma queixa da ANS na Provedoria de Justiça, para que também aos militares fossem aplicadas, em matéria de férias, as disposições previstas no regime geral da função pública, para que se praticasse o princípio da igualdade e não se incorresse em inconstitucionalidade. Ao fim de três anos, e numa matéria que não tem quaisquer custos em termos de orçamento, foi finalmente reconhecida a pertinência das nossas reivindicações.

Pela continuada omissão de resoluções para a problemática da carreira dos militares, e particularmente dos militares sargentos, por um lado, e pelo alcançar de mais esta vitória em termos de tratamento igual entre cidadãos, por outro, somos inevitavelmente levados a concluir que teremos de batalhar, como sempre, para vermos as nossas legítimas aspirações merecerem a atenção necessária.

É assim a confirmação do que afirmamos quando repetidamente dizemos que quem luta pode não vencer, mas quem não luta já perdeu!

Sinais de mal-estar e insatisfação chegam-nos das mais diversas formas! Este é o campo propício para o aparecimento de boatos contendo soluções rápidas e milagrosas, que se encaixam perfeitamente na medida dos nossos anseios.

É necessário estarmos atentos e disponíveis!

Atentos para não nos deixarmos enrolar em cantos de sereia!

Disponíveis para encontrar caminhos que nos levem a alcançar os nossos objectivos, com firmeza, lealdade e orgulhosos da nossa condição de Sargentos de Portugal!

Lisboa, 03 de Setembro de 2003

A Direcção